



Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n. 8.906/94): “Art. 69. ... § 2º No caso de atos, notificações e decisões divulgados por meio do Diário Eletrônico da Ordem dos Advogados do Brasil, o prazo terá início no primeiro dia útil seguinte à publicação, assim considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário.”

Conselho Seccional - Goiás

Goiás, data da disponibilização: 10/11/2025

TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 04/2025 TED-OAB/GO

Dispõe sobre a realização das **Audiências** e das **Sessões de Julgamento** no formato **virtual**.

A **Presidência do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil** – Seção Goiás, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno do TED,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, que assegura aos litigantes o direito ao contraditório e à ampla defesa;

CONSIDERANDO a possibilidade de realização das audiências preliminares, de conciliação e de instrução, bem como das Sessões de Julgamento, no formato virtual ou híbrido, nos termos do Regimento Interno do TED;

CONSIDERANDO as disposições dos artigos 32-A e 53-A do Regimento Interno deste Tribunal, que dispõem sobre a realização de audiências e Sessões de Julgamento por videoconferência (<https://oabgo.org.br/arquivos/downloads/regimento-interno-ted-oab-3701112.pdf>);

CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 08/2022-TED, que dispõe sobre as audiências e sessões de julgamento das representações ético-disciplinares em curso no Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (<https://oabgo.org.br/arquivos/dpwnloads/resolucao-08-113151316.pdf>).

RESOLVE:

Da Audiência Virtual por Videoconferência

Artigo 1º - As audiências serão realizadas em **formato virtual**, denominadas de **Audiência Virtual por Videoconferência**, em ambiente **telepresencial ou híbrido**, ressalvadas as hipóteses previstas no Regimento Interno do TED.

Artigo 2º - O *link* de acesso à **Audiência Virtual por Videoconferência** será disponibilizado pela Secretaria do TED, mediante certidão juntada aos autos do processo, assim que designada a pauta, garantindo o acesso às partes e aos procuradores.

Artigo 3º - É de responsabilidade das partes e dos procuradores o envio do *link* de acesso para as testemunhas por estas arroladas.

Artigo 4º - As partes e seus respectivos procuradores deverão observar as disposições do Regimento Interno do TED que se aplicam ao ato (arts. 32 e 32-A).

Da Sessão Virtual por Videoconferência

Artigo 5º - As Sessões de Julgamento das Câmaras Julgadoras serão realizadas **exclusivamente**

em formato virtual, mediante a **Sessão Virtual por Videoconferência**, nos termos do art. 53-A do Regimento Interno do TED.

Artigo 6º - O *link* de acesso à **Sessão Virtual por Videoconferência** será disponibilizado pela Secretaria do TED, mediante certidão juntada aos autos do processo, assim que designada e publicada a pauta, garantindo o acesso às partes e aos procuradores.

Artigo 7º - A disponibilidade do *link* de acesso à Sessão Virtual por Videoconferência, não dispensa o formal pedido para participar da sessão de julgamento e/ou realizar sustentação oral, devendo as partes e seus respectivos procuradores formularem **requerimento prévio para realização da sustentação oral**, nos termos do §5º, do art. 53-A do Regimento Interno do TED.

Artigo 8º - Nas sessões designadas para realização presencial, o advogado ou parte poderá solicitar o link para realizar a sustentação oral por vídeo conferência, no prazo de até 2 (dois) dias anterior a sessão, mediante pedido dirigido ao Presidente do órgão nos autos.

Parágrafo primeiro - Caso tempestivo o pedido nos termos deste artigo, a secretaria fará juntar a certidão com o *link* da sessão para sustentação oral e comunicará os solicitantes por e-mail.

Parágrafo segundo - Este artigo não se aplica aos julgamentos de suspensão preventiva, quando o pedido deverá ser realizado nos autos do processo, fundamentado e dirigido a presidência do órgão no prazo 02 (dois) dias que antecedem a sessão designada.

Artigo 9º - Aplicam-se às Sessões Virtuais por Videoconferência as disposições previstas no art. 53-A e demais do Regimento Interno do TED.

Artigo 10º - A critério do(a) Presidente da Câmara Julgadora, a Sessão de Julgamento poderá ocorrer em formato híbrido, facultada a presença, na Sala de Sessões do TED, exclusivamente dos julgadores da respectiva Câmara.

Artigo 11º - Serão válidos somente os links das audiências e sessões criados a partir da publicação desta resolução, tornando-se inválidos os links criados anteriormente, devendo os mesmos serem desconsiderados.

Artigo 12º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Goiânia, 07 de novembro de 2025.

Ludmila de Castro Torres Matheus Carvalho Soares de Castro

Presidente do TED-OAB/GO 1º Secretário do TED-OAB/GO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº2.200-2
de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP-Brasil